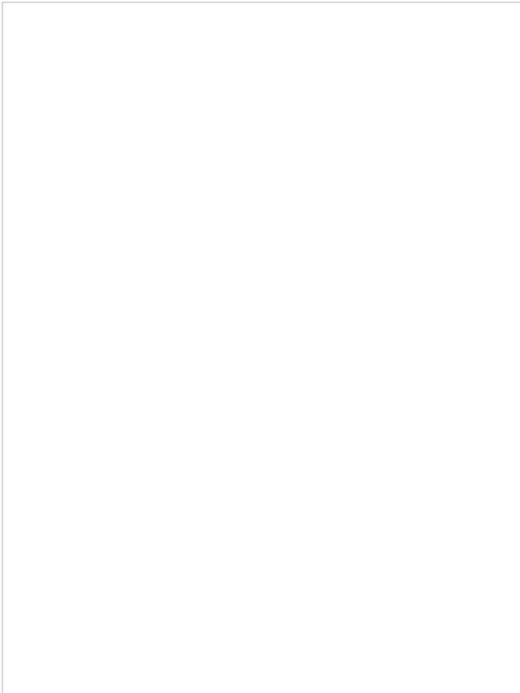


Policiais penais de dez estados brasileiros participam de capacitação para patrulhamento aéreo

Qui 15 dezembro

Os drones podem ser fortes aliados no reforço da segurança em unidades prisionais e, para que haja o correto manuseio desses equipamentos tecnológicos, é importante que o operador tenha uma qualificação técnica. Em razão da expertise da Polícia Penal de Minas Gerais no cenário aéreo não tripulado, com uma resolução própria e atuação efetiva na utilização dessas aeronaves, policiais penais do Grupamento de Patrulha Aérea (Gpaer) do [Departamento Penitenciário de Minas Gerais \(Depen-MG\)](#) estão capacitando 20 policiais penais de dez estados da federação: Ceará, Acre, Pernambuco, Paraíba, Maranhão, Bahia, Rondônia, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Paraná.



A iniciativa foi pensada após a reunião integrada do Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (Consej), em maio deste ano em Brasília, na qual foram apresentadas as práticas que vêm dando certo em todos os estados da federação; e o Sistema Integrado de Patrulhamento Aéreo - Sispaer do Depen-MG foi colocado como destaque de boas práticas no âmbito da segurança externa, por meio de patrulhamentos aéreos, estabelecendo uma vantagem estratégica na prevenção da segurança no perímetro externo.

Sejusp / Divulgação O diretor-geral do Depen-MG, Rodrigo Machado, considera que isso seja motivo de

orgulho para a Polícia Penal de Minas Gerais.

“Com as ações de referência em patrulhamento aéreo por meio de drones, conseguimos atuar na capacitação de policiais penais que compõem a unidade federativa do Brasil. É uma honra e um momento importante da nossa carreira poder contribuir para a formação desses profissionais que atuam na segurança pública dos entes federados”, salientou.

A capacitação

Os participantes do Curso de Formação Técnica Profissional de Pilotos de RPAS (Remotely Piloted Aircraft System) passaram por capacitação na modalidade de educação a distância (EAD) e

estão agora na fase presencial, sendo o total de 154 horas-aula – 114 horas de EAD e 40 horas presenciais, incluindo partes teórica e prática. O treinamento busca estabelecer os critérios e normas, conforme aplicação do Manual do Comando da Aeronáutica 56-4.

O Depen Nacional foi um articulador entre as forças e os estados arcaram com os custos de deslocamento dos policiais selecionados pelos gestores das regiões participantes, considerando o aproveitamento de áreas que tenham ligação com a aplicação de aeronaves não tripuladas.

O policial penal César Sá integra a turma. Ele faz parte da Divisão de Operação Aérea do Departamento de Polícia Penal do Paraná e parabenizou a iniciativa. “É realmente muito importante divulgar esse tipo de tecnologia. As RPAS são recursos tecnológicos avançados, importantes para o combate ao crime organizado, arremesso de ilícitos e verificação estrutural. Equipamentos aparentemente caros, mas que para o estado darão um grande retorno”, enfatizou.

O coordenador de Operações com Aeronaves Remotamente Pilotadas (Coarp) do Depen- MG, Ramon Dorneles, afirma que a iniciativa tem uma importante missão na difusão de conhecimentos e da troca de experiências no modelo aéreo não tripulando, construindo um cenário de desenvolvimento tecnológico mútuo entre as Polícias Penais de todo o Brasil no combate ao crime organizado.

“Havendo novas demandas de capacitação, a Coordenação de Operações com Aeronaves Remotamente Pilotadas (Coarp) do Depen- MG estará disponível para realizar a multiplicação de conhecimentos e fortalecer, ainda mais, a segurança como um todo”, conclui.